

PLANO DE CURSO	
TEMA	TUTELAS CÍVEIS E PROCESSO DO TRABALHO
DOCENTES / CURRÍCULOS RESUMIDOS	DANIELA PINHEIRO GOMES PESSOA - Juíza Titular do TRT7
DATA DE REALIZAÇÃO	Turma 01 - 28 e 29 de maio/20 Turma 02 – 04 e 05 de junho/20
HORÁRIO	10h às 12h
CARGA-HORÁRIA	4 horas aula
PÚBLICO-ALVO	Magistrados e servidores do TRT7
FORMATO	Aula teórica
MODALIDADE	Telepresencial - Google Meet
Nº DE VAGAS	20 por turma
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Google Meet
JUSTIFICATIVA	Atualização Jurídica diante da crise evidenciada por conta da pandemia COVID-19. Revisão dos institutos e aplicação ao processo do trabalho.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>1. AS TUTELAS PROVISÓRIAS: urgência e evidência - Definição; Classificação; Requisitos; Procedimentos; Aplicação no processo do trabalho;</p> <p>2. MANDADO DE SEGURANÇA – Definição; Regulamentação; Classificação; Requisitos; Procedimentos; Aplicação no processo do trabalho;</p> <p>3. UTILIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CARÁTER EMERGENCIAL EM DECORRÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA - Liberação de FGTS com contratos de emprego ainda vigentes: competência e procedimentos; Habilitação no seguro-desemprego: competência e procedimentos; Afastamento do posto de trabalho de empregados que compõem o grupo de risco; Fornecimento de equipamento de proteção individual independentemente do tipo de atividade econômica</p>
OBJETIVOS [PRINCIPAIS COMPETÊNCIA(S)/ DIMENSÕES A SER(EM) DESENVOLVIDA(S)]	<p>Após o treinamento, o aluno será capaz de:</p> <p>Apreciar adequadamente as tutelas provisórias, e respectiva aplicação ao processo do trabalho.</p> <p>Diferenciar as tutelas provisórias do mandado de segurança, estudando as hipóteses de cabimento deste no processo do trabalho.</p>



	<p>Aprender as hipóteses de liberação do FGTS diante do estado de calamidade pública e habilitação no seguro desemprego.</p> <p>Estudar as medidas de urgência que podem vir a ser objeto de apreciação judicial por conta do estado de calamidade pública.</p>
INSCRIÇÕES	Site da EJUD7
AVALIAÇÃO/PRAZO	Preenchimento do Registro Reflexivo a ser respondido pelo aluno no prazo imprerível de 8 (oito) dias após o envio pela EJUD.
CERTIFICAÇÃO	Condicional ao cumprimento da carga horária e à avaliação, esta respondida de forma integral. A certificação ocorre por registro no SIGEP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho.